

A FORMAÇÃO CONTINUADA DOS EDUCADORES DAS ESCOLAS DO CAMPO NO CEFAPRO DE RONDONÓPOLIS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS.

Maria Ferreira Bezerra¹

Euzemar Fátima Lopes Siqueira²

Eixo7: Formação de Professores (para a Educação Básica e Superior)

Resumo: Este artigo discute sobre a Educação do Campo no estado de Mato Grosso, mais especificamente a Formação de Educadores do campo a partir de experiências desenvolvidas na Formação Continuada com profissionais da rede estadual de ensino que atuam nas escolas do campo no polo de formação Rondonópolis MT CEFAPRO (Centro de Formação e Atualização de Professores). Aborda aspectos relevantes de duas propostas de educação que estão se constituindo enquanto política pública no âmbito da Política de Educação Básica do estado: a Formação Continuada de Educadores (Decreto 1395/2008 SEDUC/MT) e a Política de Educação do Campo. (resol 01/2002 CNE/CEB, decreto 7.352/2010 e resol. 126/2003 CEE/MT). Apresenta problemas da realidade das escolas e dos educadores no exercício da docência que no âmbito da política de Educação Básica perpassam pelo processo da formação docente e a implantação de uma Política de Educação do e no Campo na perspectiva proposta pelos movimentos sociais. Uma Proposta de educação legitimada historicamente num processo de organização e de luta pelo direito dos camponeses a ter uma educação escolar vinculada com o mundo dos sujeitos envolvidos nos processos formativos e nos processos de formação social. As experiências adquiridas na formação continuada nas escolas do campo nos permitiram vivenciar problemas do dia a dia das escolas que se apresentam como desafios a serem superados nessa trajetória de constituição da política pública de educação do campo no estado. Problemas que afetam o exercício da profissão, o avanço das escolas nessa concepção de educação e comprometem a qualidade do ensino no campo.

Palavras Chave: Educação do Campo, Formação Continuada, Política Pública.

Introdução

Segundo (MOURÃO E MOLINA, 2010), “Nas últimas décadas uma nova área de formação e trabalho docente tem desafiado as políticas públicas e trazido á tona ampla gama de tensões”. Trata se da formação de educadores do campo que se materializa num novo jeito de fazer educação no meio rural. Para essas autoras, educação do campo é “Um conceito e uma prática em construção que vai além da dimensão escolar”, como prática

¹ Professora efetiva da Rede Estadual de Ensino do estado de Mato Grosso atuando como Professora Formadora da Educação Campo no CEFAPRO (Centro de Formação e Atualização dos Profissionais da educação Básica) de Rondonópolis. Licenciada em História pela UNEMAT e especialista em Educação do Campo pelo IFMT.

² Mestre em Geografia pela UFMT, servidora pública da rede Estadual de Ensino de Mato Grosso.

educativa acontece também nos diferentes espaços de vivências e sociabilidade dos sujeitos que segundo as autoras foi em defesa desse novo paradigma que:

“O movimento Por uma Educação do Campo e a I conferência realizada em 1998 colocou em cena e em movimento o campo brasileiro numa perspectiva histórica da educação, vinculada a um projeto social para o campo que garante a homens e mulheres que vivem nesse espaço diverso o direito de ter educação nas suas especificidades”. (ARROYO, A Educação Básica e o Movimento Social do Campo p. 4. 2004).

A luta pelo direito a uma Educação do e no Campo demanda também o direito do campo ter educadores docentes formados nas “especificidades da sua realidade, suas formas de produção camponesa e de sociabilidade” Arroyo (2010). Segundo este autor, nas duas últimas décadas esta foi uma das prioridades dos movimentos sociais do campo. Uma das tensões apontadas por ele no campo da formação e do trabalho docente nas escolas do campo é a falta de “enraizamento cultural, identitário do educador com os povos do campo”. Desse modo, segundo ele, os movimentos sociais do campo vêm criando mecanismos próprios de formação de educadores (as) docentes na perspectiva de contrapor ao modelo de educação urbana que há hoje no campo e se criar um perfil de educador (as) para atuar nas escolas e nas comunidades campesinas.

O assunto que abordamos nesse texto explora esses aspectos da educação no contexto das políticas públicas de Mato Grosso: A Formação Continuada de educadores e educadoras das Escolas do Campo, os desafios da escola vivenciados por esses profissionais no exercício da docência e as perspectivas de implantação de uma política pública de Educação para o Campo que possibilite a transformação da escola e sua vinculação com o projeto de sociedade tão sonhado pelos movimentos sociais. São essas tensões que pretendemos abordar nesse percurso.

Esse artigo tem como principal objetivo discutir sobre a Educação do Campo no estado de Mato Grosso a partir das experiências de Formação Continuada desenvolvidas com os educadores que atuam nas escolas do Campo no polo de formação que compõe o CEFAPRO (Centro de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação) do Município de Rondonópolis MT, evidenciando questões da formação docente e da realidade das escolas que no âmbito das políticas de Educação Básica do estado dificultam o desenvolvimento da Formação Continuada nas escolas e a construção da política de educação do campo

comprometendo a realização de práticas educativas transformadoras e consequentemente a melhoria do ensino no campo.

Nesse contexto verifica se a descontinuidade como um dos fatores que interferem nesse processo, a ausência de uma política pública para atender as distintas especificidades da educação no estado. Como construir uma cultura de formação e uma cultura de valorização do saber docente nas escolas do campo com essa ausência de valorização e de reconhecimento da diversidade?

Para Candau (2008) a formação continuada de professores e o saber docente são construídos num processo contínuo de construção, desconstrução e reconstrução do conhecimento que se dão na prática pedagógica reflexiva crítica. Segundo a autora, a escola é o espaço a onde a formação continuada deve se desenvolver numa perspectiva inovadora, o saber docente valorizado e reconhecido e sua formação exercida a partir de uma reflexão crítica sobre as “práticas numa permanente reconstrução da identidade pessoal e profissional do professor”.

A partir dessa concepção dialógica do conhecimento teórico/prático Caldart (2010) discute sobre a formação de docentes do campo e fala da necessidade de uma transformação radical da função da escola. Para essa autora, nesse modelo atual de educação, “a escola (...) é um lugar a onde se separa o aprendizado do fazer”, numa concepção transformadora da educação “o educador (a) precisa estar bem preparado teoricamente para trabalhar numa perspectiva dialógica do conhecimento, a onde teoria e prática se complementam”. No sentido de contribuir com essa compreensão trazemos Arroyo (2004), que propõe o “diálogo com a diversidade de conhecimentos e os saberes....”.

As contribuições teóricas de Molina, Caldart e Arroyo a cerca da formação de educadores do campo (as) balizam nossas discussões neste artigo.

Abordamos num primeiro momento alguns aspectos da Educação do Campo no Brasil e das propostas de educação que estão em processo de implantação no Estado se constituindo enquanto política pública no âmbito da Educação Básica: a Formação Continuada dos educadores (as) e a Educação do Campo.

Num segundo momento colocaremos em evidência questões da realidade das escolas e da formação docente no contexto da Formação Continuada e da proposta de Educação para as Escolas do Campo desenvolvidas pela SEDUC (Secretaria de Estado de Educação) e faremos a contextualização dessas questões à luz da legibilidade e do que preconiza os movimentos sociais do campo para uma Educação Básica de direito dos ribeirinhos, assentados, posseiros, povos da floresta, quilombolas, indígenas e outros sujeitos. Tentaremos trazer elementos que

possibilitam melhor compreensão da realidade e um olhar ampliado sobre os desafios da Formação Continuada nas escolas do e no campo da Rede Estadual de Ensino no polo de formação do CEFAPRO de Rondonópolis apresentando também as perspectivas que nos apresentam como possibilidades de mudanças.

Os procedimentos adotados para a elaboração deste trabalho têm como base as experiências desenvolvidas na formação dos educadores nas escolas do campo, durante a realização das ações de formação. O contato direto com as escolas e o diálogo com os educadores nos permitiu fazer uma observação da realidade e verificar problemas que afetam o exercício da profissão, dificultam o desenvolvimento da educação do campo e comprometem a qualidade do ensino gerando situações possíveis de uma investigação mais criteriosa dessa realidade.

Um levantamento bibliográfico também de documentos institucionais sobre o tema e uma leitura criteriosa nos possibilitou ampliar o olhar sobre a realidade em análise e elaborar alguns conceitos que permitiram maior compreensão das questões evidenciadas e do objeto de estudo.

Contextualizando a Educação do Campo em Mato Grosso

Para Arroyo (2004), a “universalização da Educação Básica perpassa pela universalização da consciência dos direitos,” esses pressupostos constituiu a luta dos movimentos sociais do campo pelo direito dos camponeses a terem uma educação do e no campo nas especificidades dos sujeitos. O autor lembra ainda que essa presença marcante dos movimentos foi decisória para as mudanças que ocorreram no meio rural nas duas últimas décadas.

A prática exploradora do capitalismo nos países colonizados pelo escravismo europeu solidificou uma realidade perversa e uma situação degradante no mundo rural brasileiro para os sujeitos que não se encaixaram na lógica do capital agrário. Essa exploração da terra como mercadoria e o uso do campo como um lugar de negócios excluiu o homem e a mulher do meio rural, do direito de levar uma vida digna no campo reproduzindo sua cultura sem reproduzir a cultura capitalista e do direito de ser incluído nas políticas públicas.

A Educação do Campo nasce dando outro significado a esse mundo rural que durante muito tempo foi silenciado e esquecido pelos órgãos governamentais.

As Diretrizes para a Educação Básica nas Escolas do Campo instituídas em 2002 definem o que o seria uma educação nas especificidades do campo, porém ela ganha estatuto de política pública com o decreto 7.352/2010 que regulamenta o seu funcionamento e o funcionamento do Pronera.

A identidade da escola do Campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva. (CNE/CEB, 01/2002 Art. 2 parág. único).

O projeto de Educação pensado pelos movimentos sociais do campo tem sua origem na luta pela terra, nas questões que vincula o homem e a mulher do campo a ela e contra a exploração do capital agrário. Uma origem histórica na luta dos movimentos que originou um novo paradigma da educação no meio rural a partir de outra concepção de campo, que orienta o movimento e vem sendo afirmada através das práticas e da pressão aos governos por políticas públicas de educação nas áreas de reforma agrária.

Nessa nova forma de compreender o campo Caldart (2004), discute a origem da Educação do Campo a partir de uma compreensão dialógica dessa realidade. Para a autora, a materialidade da educação do campo “exige que esta seja pensada sempre na relação Campo, Política Pública e Educação, pois é essa relação conflituosa que a constitui como tal”. Educação do Campo não pode ser confundida como uma pedagogia, segundo a autora, “Ela não é uma teoria e muito menos uma metodologia de ensino”. No entanto, precisa ser compreendida “como um conceito aberto que não está fixado e nem construído aleatoriamente”. É, pois uma especificidade que expressa contradições, que está em movimento e contrapõe à lógica capitalista do campo como um lugar de negócios. Sua concepção “estabelece relações entre a educação, a direção do desenvolvimento da agricultura camponesa”, (CADERNO DIDÁTICO SOBRE ED. DO CAMPO 2010 p.52) um novo projeto social para o Brasil e “se fundamenta nos princípios da pedagogia socialista- formação humana integral, emancipatória-, vinculada a um projeto histórico que busque superar a sociedade de classes-...”. (CADERNO DIDÁTICO SOBRE ED. DO CAMPO 2010 p.53).

A concepção de Educação do Campo em construção no Estado de Mato Grosso se insere nesse contexto teórico e histórico das contradições, mas de uma mobilização intensa vinculada à luta dos trabalhadores e das famílias camponesas por terra e trabalho.

O processo histórico de povoamento e a ocupação desordenada das terras de Mato Grosso provocaram o desenvolvimento da pecuária extensiva na maioria das regiões durante as décadas de 1960, 1970 e 1980, a implantação de projetos de colonização oficial e particular e o avanço da agricultura agroexportadora nas últimas décadas.

Um processo excludente de exploração das terras originou em várias regiões do estado um quadro generalizado de conflitos agrários gerando a expulsão de índios e posseiros de suas terras, a exclusão social e a negação de direitos a milhares de camponeses: indígenas, remanescentes de quilombos, posseiros, peões e trabalhadores assalariados das fazendas, ribeirinhos e outros que têm a terra como sua única possibilidade de vida.

Verificam-se nos últimos trinta anos no Brasil e em Mato uma movimentação intensa das sociedades camponesas na organização da luta pelo direito a ter acesso às políticas públicas a onde a luta pela educação se tornou pauta não apenas por uma educação rural, mas por uma educação do campo. Além da falta de escolas para atender todas as modalidades também a retirada das crianças e jovens do seu convívio social para estudar nas escolas urbanas provocou a saída de muitas famílias do campo.

Os movimentos do campo apoiados pela Pastoral da Terra (CPT), partidos populares e alguns movimentos urbanos como o movimento negro e no caso de Mato Grosso o Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de MT (SINTEP) intensificaram a luta por um conjunto de iniciativas e ações contra a concentração da terra, do saber e as medidas paliativas dos governos para o atendimento da educação no meio rural. Podemos dizer que uma das estratégias utilizada pelos movimentos nessas conquistas foi a formação de lideranças.

Em Mato Grosso se verifica a partir da última década do século XX um aumento significativo dos projetos de assentamento rurais nas diferentes regiões, o reconhecimento de terras indígenas e um surto migratório de trabalhadores rurais. Por conseguinte houve um aumento no número de matrículas nesse período.

Somente no Ensino Fundamental as matrículas aumentaram em 87,7% de 1997 a 2005. Nesse mesmo período o crescimento no Ensino Médio foi de 704,3%. Na modalidade de educação de jovens e adultos registra-se 94,1% o crescimento no número de matrículas no período de 2001 a 2005 (Orientações Curriculares para Educação do Campo 2010). Outro aumento considerável verificado nesse período é o número de salas anexas (são salas de aula funcionando em escolas municipais ou em casas e barracões alugados com alunos matriculados em uma escola sede), e de escolas estaduais no campo. Atualmente a rede Estadual de ensino possui 161 escolas e 679 salas anexas no Campo. (são salas de aula

funcionando em escolas municipais ou em casas e barracões alugados com alunos matriculados em uma escola sede). Ao todo são 39.531 alunos atendidos pelo estado nas Escolas do Campo do estado distribuídos no Ensino Fundamental, Médio e EJA. O quadro docente em 2010 era composto por 177 profissionais efetivos da rede e 2.376 contratados, destes 180 possuem apenas o Ensino Médio dos quais 65 atuavam no Ensino Fundamental e 115 no Ensino Médio. (Dados de 2010 fornecidos pela Gerência de Educação do Campo da SEDUC).

Algumas mudanças positivas para a Educação do Campo foram sugeridas na LC 49 de 01/10/1998 (lei que regulamenta o sistema de ensino no estado), mas esta somente começou fazer parte da agenda política do estado depois de instituídas as Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo: resolução 01/ 2002 do CNE/CEB e a resolução 126/2003 do CEE/MT.

Uma análise dos acontecimentos no percurso que se deu o processo de legibilidade da educação no estado nos permite verificar alguns resultados concretos a partir dos últimos 07 (sete) anos. Uma vez instituídas as Diretrizes no Sistema Estadual de Ensino foi dada uma nova redação ao Plano Estadual em 2006 criando um capítulo específico para a Educação do Campo. Desde então, vislumbraram-se novas possibilidades de educação para o campo dentro da Secretaria de Educação (SEDUC).

Como estratégia de implantar uma política de educação para o campo e garantir o seu desenvolvimento nas escolas foi criado em 2007 um departamento da Educação do Campo GEEC (Gerência de educação do Campo). Esse departamento funciona vinculado à Coordenadoria de Modalidades Especiais/Superintendências de Educação Básica da SEDUC/MT. Nesse mesmo período institucionalizou-se um comitê permanente com o objetivo de procurar garantir o desenvolvimento de uma política pública do campo na sua concepção e materialidade construída historicamente pelos movimentos sociais.

Um diagnóstico sobre a realidade da educação nas comunidades rurais realizado em 2005 apontou as prioridades para o desenvolvimento de uma Educação do Campo no estado. Referimos-nos aqui apenas àquelas que no Plano Estadual compõem um conjunto de objetivos para o desenvolvimento de ações emergenciais: 1- a universalização da oferta da Educação Básica no campo. Nessa perspectiva, o artigo 3º da Resolução CNE/CEB nº 01/2002 e o art. 4º da Resolução. 126/2003 CEE/MT, estabelecem: “O poder público, (...) deverá garantir a universalização de acesso da população do campo à Educação Básica e à

Educação Profissional de Nível Técnico”. 2- Currículo específico construído com os sujeitos do campo; 3- formação específica para os profissionais que atuam nesse universo da educação. A esse respeito, a Resolução 126 embora que superficialmente, acompanha os preceitos da Resolução 01/2002 do CNE/CEB e retoma o que a LC. 49/98 havia previsto no seu art. 8º parágrafos I e II onde prever “estudos a respeito da diversidade e o efetivo protagonismo das crianças e dos jovens do campo na construção da qualidade social da vida individual e coletiva (...). Propostas pedagógicas que valorizem, na organização da educação, a diversidade cultural e os processos de interação e transformação do campo (...)”.

Podemos reconhecer que nesse processo de constituição da Educação do Campo em Mato Grosso existem avanços e recuos que nos exige discutir as questões específicas num contexto amplo das políticas de educação e verificar os fatores que interferem na sua implantação como política pública no estado.

As transformações ocorridas na Educação Básica nos últimos dez anos sem dúvida provocaram melhorias na qualidade do ensino e na carreira dos profissionais, principalmente nos aspectos da formação docente. Por outro lado, vem provocando intensas discussões diante dos desafios principalmente pela forma como os programas e as políticas educacionais são desenvolvidas e chegam às escolas. Muitas vezes não corresponde às expectativas da sociedade e não atendem as necessidades das escolas nas suas especificidades.

Desafios da Formação Continuada nas Escolas do Campo em Rondonópolis

Nesse contexto situamos a Formação Continuada dos Educadores no estado, uma política ainda em processo de implantação, porém, já é responsável por grande parte das mudanças que ocorreram nos últimos dez anos. A Formação Continuada de Educadores em Mato Grosso vem se tornando num espaço de debate e reflexão bastante desafiadora, sendo cada vez mais ocupado pelos profissionais. É sobre este aspecto da Formação Continuada que pretendemos abordar partindo inicialmente de algumas indagações: isto tem chegado às escolas do campo e como ela tem contribuído para ou não para o avanço dessa política pública no campo? Como esse espaço deve ser ocupado pelos profissionais de modo que os ajude a se identificarem como educadores do campo sem deixar perder de vista a história e os princípios que originaram essa política e orientam essa concepção de educação?

Arroyo (2010) discute sobre a identidade do educador do campo e diz que nas escolas é preciso ter educadores com enraizamento nas lutas e identidades dos povos do campo,

profissionais formado nas suas especificidades, conhecendo sua dinâmica social e cultural dos sujeitos.

Mato Grosso iniciou na década 1990 a implantação do ensino organizado em ciclo de formação humana. Alguns anos depois deu início-se as primeiras experiências com a Formação Continuada de professores. Ambas fazem parte de um conjunto de medidas adotadas para superar o fracasso escolar nas escolas públicas do estado. Um trabalho que se iniciou atendendo a princípio a uma política do MEC no desenvolvimento de programas para melhorar os resultados do IDEB num período em que o estado ainda não tinha uma Política de Formação Continuada sistematizada.

Conforme documentos institucionais que versam sobre a política educacional de MT, em 1995 já se discutia dentro da SEDUC a ideia de uma Formação Continuada nas escolas que fosse capaz de promover a reflexão, a pesquisa e mudanças nas práticas pedagógicas. No entanto, a criação dos primeiros CEFAPRO (Centro de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação) em 1997 deu início a esse processo. Para os gestores da SEDUC, essa seria “uma estratégia governamental para fortalecer a gestão descentralizada dos recursos e criar uma Superintendência de Formação (SUFP)”.

A Formação Continuada realizada pelo CEFAPRO nesse período se concentrava basicamente na alfabetização atendendo à implantação do Ciclo de Formação Humana e às vezes em algumas ações pontuais. Uma nova redefinição dos seus objetivos e reorganização da sua estrutura administrativa e pedagógica foi dada em 2005 com a lei nº 8.405. Atualmente as ações de formação estão organizadas nas três grandes áreas do conhecimento e das diversidades da educação básica nas suas especificidades: as tecnologias, Educação do Campo, Educação Indígena, Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial e Educação Étnico Racial. São realizadas pela equipe gestora e por uma equipe de profissionais efetivo da rede estadual de ensino que compõem o quadro de formadores do centro.

A organização e funcionamento do trabalho pedagógico das ações formativas se desenvolvem em grande parte através da Sala de Educador, uma estratégia criada para o desenvolvimento da Formação Continuada nas escolas. O parecer orientativo 01/2011, estabelece os parâmetros para a elaboração dos projetos de estudos na escola e a atuação dos centros de formação onde o objetivo central do trabalho é o fortalecimento da escola como o lugar da formação e atualização pedagógica permanente de seus profissionais.

Apesar da política de Formação Continuada está estruturada na perspectiva da educação urbana e a dinâmica de atendimento dos CEFAPRO voltada para atender essa realidade, em 2008 iniciou-se um trabalho nas Escolas do Campo com o objetivo de atender

as demandas de formação de seus educadores dentro da sua realidade. Nos anos seguintes com os seletivos de 2009 e 2010 para definir o quadro de formadores dos centros esse atendimento multiplicou-se. A formação de educadores do campo está respaldada pelas Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas escolas do Campo do CNE, CEB e CEE/MT e possui dois focos principais: o pedagógico, compreendido como o processo de elaboração e reelaboração dos conhecimentos através da reflexão teoria e prática no sentido de provocar mudanças nas estratégias e práticas de ensino pelos profissionais. E o político, que deve ser o processo em que o Educador toma consciência de seu papel e da função social da escola no projeto de transformação do campo em construção. Ambos exigem do educador um comprometimento político e profissional com a escola e com o seu processo de formação tendo como objetivo principal o desenvolvimento da aprendizagem do educando em todas as suas dimensões, compreendendo que a aprendizagem dos conteúdos por ele não pode se dar separada da aprendizagem da vida. A formação política do profissional é fundamental para que ele se veja como educador nesse processo e não apenas como professor, ele precisa se identificar não somente com a escola, mas com o lugar onde ela está inserida.

Caldart (2004) faz um convite a esse grande desafio dizendo que esse é um processo de construção que se inicia problematizando a educação escolar. Para essa autora, “Precisamos criar um perfil de educador para trabalhar com essa especificidade da educação que não acontece somente na escola, mas também nos outros espaços de socialização e convivência humana”.

Rondonópolis fica na região Sul de MT a 200 km da capital, é considerado o maior pólo agroexportador do estado, com uma produção bastante diversificada embora o forte de sua economia seja a produção agrícola variando entre a criação de gado leiteiro, a agricultura familiar, a média e a grande produção que se reduz ao cultivo da soja e do algodão. A História da Educação do Campo se insere nesse contexto da realidade agrícola e agrária da região e vem sendo constituída num processo histórico de contradições pelos movimentos sociais do campo e entidades de base como a igreja católica.

O polo de Formação Continua da Região Sul, município de Rondonópolis, é constituído por 17 (dezessete) municípios totalizando além das escolas municipais, 103 (cento e três) escolas da rede estadual de ensino, dentre as quais 13 (treze) são do campo e ficam nos assentamentos, em comunidades rurais, nos distritos e povoados dos diferentes municípios do polo. Atende o Ensino Fundamental organizado em Ciclo de Formação Humana, o Ensino Médio e o EJA em salas ditas “regulares” e salas anexas. A grande maioria de seus profissionais trabalha em regime de contrato temporário tendo em vista que apenas alguns são

efetivos da rede. Para realizar o trabalho de formação dos profissionais nessas escolas percorremos um trajeto que fica entre o mínimo de 22 (vinte e dois) e o máximo 300 (trezentos) km.

A realidade do ensino nas escolas do Campo em Rondonópolis se assemelha a dos demais municípios do estado. Além do transporte escolar que compromete a qualidade do ensino em todas elas, em algumas a maioria dos professores moram na cidade e se deslocam todos os dias para o campo para ministrar suas aulas. Isso dificulta o seu envolvimento e participação nas questões pedagógicas fora da sala de aula na escola e com comunidade e compromete a qualidade de seu trabalho. Nem sempre eles estão disponíveis para as ações da escola, além desse isolamento muitos trabalham em mais de uma escola em localidades e até em redes de ensino diferentes, tendo muitas vezes que se deslocar de um lugar para outro num mesmo dia para cumprir sua carga horária de trabalho que às vezes chega ser de até 60 (sessenta) horas semanais.

A instabilidade profissional provocada pelos contratos temporários desses educadores é um dos fatores que também interfere nesse processo e impede que ele construa vínculos com a escola. Mesmo para aqueles que nas palavras de Arroyo, já possuem certo “enraizamento” na localidade no caso dos que moram ali e atuam como profissionais da escola a 10 (dez) ou 15 (quinze) anos, porém, sem estabilidade por falta de concurso público voltado para essa especificidade da educação ou porque não possuem habilitação na disciplina ou modalidade em que atua.

Os concursos públicos são feitos tendo como base a realidade da escola urbana e na maioria das vezes esses educadores têm que ceder o lugar a outro que vem da cidade e fica na escola apenas por um curto período de tempo e retorna pra cidade. Muitas vezes o profissional que mora no campo para não deixar a profissão opta por abandonar a terra e ir morar na cidade.

Há de se considerar também que as instruções normativas que orientam a organização e o funcionamento das escolas, ao serem elaboradas não consideram a diversidade da educação no estado. Não é dado um tratamento diferenciado para o campo considerando a especificidade da educação e do ensino que acontece nas escolas. A falta de um currículo próprio voltado para a realidade local que atenda às expectativas dos sujeitos do campo ainda é um desafio a ser superado nas escolas do e no campo no estado de Mato Grosso. Apesar de se verificar práticas inovadoras e muitas estarem em processo de reelaboração de seus Projetos Políticos Pedagógicos, a grande maioria ainda continua reproduzindo o currículo urbano.

Caldart (2012) aponta caminhos para se transformar a escola fazendo uma análise dos elementos dessa transformação onde um desses elementos é “a relação teoria e prática”. Diz a autora que esta tarefa apesar de prática, porém não se faz sem a teoria. “... há métodos a buscar e discutir entre escolas que assumem o mesmo desafio e vinculam aos mesmos objetivos formativos... este pode ser um dos principais desafios da formação dos educadores: construir uma capacidade coletiva ou um método de análise da situação atual de cada escola e parâmetro para avaliar o movimento a ser desencadeado dentro e fora dela.....”.

Realizar a formação continuada nas escolas do campo no polo de formação do município de Rondonópolis é algo desafiador assim como nas demais regiões do estado. Diversos fatores implicam no andamento do trabalho, tendo em vista que este exige uma lógica de organização política e pedagógica, uma dinâmica e uso do espaço/tempo diferente da lógica em que está estruturada a política, pedagógica e administrativa do sistema, a partir do modelo padrão de organização do ensino e da formação de educadores em que funciona a Educação Básica onde não se encaixa a realidade do ensino que precisamos construir nas escolas do campo.

Além da forma como a Superintendência de Formação (SUFP) está organizada para o atendimento das escolas na qual está a organização política pedagógica e administrava dos Centros de Formação voltada totalmente para a realidade urbana. Verifica-se ainda, que muitas medidas tomadas pelos diversos departamentos das Secretarias de Educação e Administração não contemplam as necessidades e especificidades da política pedagógica das escolas na perspectiva da Política de Educação do Campo que se almeja construir.

Diante dessa realidade, as Escolas do Campo vivem um estado de incertezas e insegurança frente às mudanças necessárias. As políticas e os programas de educação são desenvolvidos sem levar em conta as especificidades da educação no estado e a diversidade de sujeitos, sem considerar as características de cada lugar.

Na formação de educador é preciso se ter claro qual é o perfil de educador que se pretende formar. Segundo Caldart (2010), o campo precisa de educador que saiba trabalhar nessa nova realidade de escola, sabendo articular o conhecimento teórico e prático da realidade em que ela está inserida na construção de novos conhecimentos.

Para a autora, esse é um processo que exige um repensar sobre o ensino realizado no campo e as políticas de educação em curso, um processo que deve ser feito num esforço coletivo de cada educador e educadora juntamente com os educando e os sujeitos do campo fazendo os questionamentos necessários para uma problematização radical da realidade do ensino, da formação e das condições em que essas coisas acontecem.

Nas falas de educadores (as) durante os momentos de discussão e socialização nas escolas ficam evidente suas expectativas com relação a sua formação para trabalhar com essa especificidade da educação. A maioria Compreende claramente o contexto político em que as mudanças estão ocorrendo, eles problematizam sua realidade profissional e das escolas enfatizando as condições de trabalho e as questões que geram contradições.

Diante desse quadro o questionamento é: Como ajudar a escola do Campo se transformar num espaço de reflexão e construção do conhecimento a onde o processo formativo dos profissionais seja permanente e transforme-se em ação mediadora na mudança de suas práticas educativas dentro e fora da escola?

Tendo em vista essa realidade, as transformações que o campo exige hoje na educação e o que é necessário mudar nas escolas considerando sua especificidade e os desafios da formação e atualização pedagógica no âmbito da Política de Educação para as Escolas do Campo. É possível dizer que a Política de Formação Continuada para a Educação Básica de Mato Grosso não corresponde aos pressupostos da Educação nas Escolas conforme estabelece as Diretrizes para Educação do e no Campo. Com tudo, é possível afirmar que, como ação formativa transformadora, a Formação Continuada na forma como está colocada para ser desenvolvida nas escolas do campo, contribui pouco para o processo de reflexão, sistematização e intervenção na prática pedagógica dos educadores. Acompanhando essa linha de pensamento, Candau (2008), diz que “deverá ser construído uma nova concepção de formação continuada”. Nesse contexto surge a necessidade de se rever as formas de funcionamento dos programas e projetos direcionados à formação de professores, projetos que visam atender as especificidades locais e as demandas escolares. Acreditamos que essa mudança só será possível, se construída pelas bases por quem realmente interessa uma educação diferente no campo, onde a “organização da escola e o trato com o conhecimento busquem integrar o pensar e o fazer”. (CALDART 2010) Os Educadores (as) podem ser protagonistas desse processo ao lado dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, só assim é possível se construir uma educação do e no campo com educadores (as) enraizados nas lutas nas sociais. Docentes capazes de fazer “o diálogo com a diversidade de conhecimentos e de saberes ... e enriquecer o campo do conhecimento na formação docente”. (ARROYO 2010).

Referências Bibliográficas

ARROYO. Miguel Gonzalez. **A Educação Básica e o Movimento Social do Campo.** In Arroyo Gonzalez, Caldart, Roseli Salete e Molina. Mônica Castana (org.) **Por uma Educação Básica do Campo.** Editora Vozes Petrópolis Rio de Janeiro: 2004.

CALDART. Roseli Salete. **O MST e Escola: Concepções de Educação e Matriz Formativa.** In Caldart Roseli Salete, Fetzner. Andréia Rosana, Rodrigues. Romir, Freitas. Luiz Carlos. (org.) **Caminhos para a Transformação da Escola: Reflexões desde Práticas da Licenciatura em Educação do Campo.** Editora Expressão Popular São Paulo: 2010.

CALDART. Roseli Salete. **A Escola do Campo em Movimento.** In Arroyo Gonzalez, Caldart, Roseli Salete e Molina. Mônica Castana (org.) **Por uma Educação Básica do Campo.** Editora Vozes Petrópolis Rio de Janeiro: 2004.

MOLINA. Mônica Castana. e MOURÃO. Lais Sá. **Desafios e Perspectivas na Formação de Educadores: Reflexões a partir da Licenciatura em Educação do Campo da Universidade de Brasília.** In Delben. Ângela, Diniz. Júlio, Leal. Leiva, Santos. Luciola (org.) **Convergências e Tensões no Campo da Formação Docente.** Autêntica Belo Horizonte: 2010.

SEDUC. Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso. GEEC. Gerência de Educação do Campo. 2011.

MEC. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.** Resolução CNE/CEB 01 de 03 de Abril de 2002. Brasília MEC, SECAD: 2002.

MATO GROSSO. Lei do Sistema Estadual de Ensino. LC n 49, 01 de Outubro de 1998, CEE/CEB. Cuiabá, SEDUC: 1998

MATO GROSSO. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.** Resolução 126/2003 do CEE/CEB. Cuiabá, SEDUC: 2003.

MATO GROSSO. **Organização Administrativa e Pedagógica dos CFAPEOS, Centros de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica.** Lei n 8. .405 de 25 de Dezembro de 2005. Cuiabá, SEDUC: 2005.

SEDUC. SUFP. Superintendência de Formação. **Orienta o Desenvolvimento do Projeto Sala de Educador.** Parecer n 01 de Fevereiro de 2011. Cuiabá: 2011.

MEC. Caderno Didático sobre Educação do Campo **UFBA** Salvador/2010

CANDAU. Vera Maria Ferrão. **Formação Continuada de Professores: Tendências Atuais.** Aline Maria de Medeiros Rodrigues Reali e Maria da Graça Nicoletti Mizukami (org) **Formação de Professores: Tendências Atuais.** Edufscar São Carlos. 2003.